

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS
Ano 2018**

Relatório da administração regulatório

Senhores(as) associados(as),

É com enorme satisfação que apresentamos o relatório de atividades e investimentos realizados no decorrer do exercício social de 2018, assim como as demonstrações contábeis elaboradas em consonância com a legislação societária brasileira, acrescidas do balanço socioambiental, que espelha as ações sociais e ambientais da Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões - Cermissões para os associados, sociedade, parceiros e consumidores.

A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Cermissões atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica, aproveitando a bagagem de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 58 anos de existência. Em sua estrutura a Cooperativa conta com equipes próprias para construção e manutenção de redes elétricas, fator que reflete diretamente nos índices de satisfação do consumidor, garantindo agilidade no atendimento, estabilidade e segurança na prestação dos serviços da Permissionária.

O ano de 2018 foi difícil para todos os seguimentos da sociedade brasileira provocados pelos fatores político e econômico causando desequilíbrios financeiros e até estruturais, principalmente aos ramos que dependem de políticas e recursos públicos. Mesmo assim e diante das incertezas provocadas pela administração pública brasileira, a administração da Cermissões cumpriu seu planejamento de investimentos, obras e melhorias previsto para o exercício de 2018.

Fruto do trabalho sério, responsável e permanente, a Cermissões fez história e vem ocupando posição destaque como Permissionária de energia a tornar-se BENCHMARK do setor elétrico brasileiro, sendo a única Permissionária tricampeã do Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor. Os indicadores de qualidade constantes neste relatório demonstram que a cada ano são melhores os resultados. Em 2018 a Cermissões conquistou o terceiro lugar do Prêmio IASC Brasil, permanecendo por tanto entre as mais bem avaliadas pela pesquisa de Satisfação do Consumidor da ANEEL.

O trabalho contínuo de melhorias em todas as áreas não objetiva apenas competir pela melhor colocação entre as demais distribuidoras do setor elétrico brasileiro, mas cumprir com a responsabilidade de oferecer aos associados/consumidores energia com a melhor qualidade e segurança, garantindo a comunidade a estabilidade da ENERGIA ELÉTRICA. Os investimentos aplicados em treinamentos e qualificação profissional refletem diretamente na qualidade da prestação de serviços à população que vive e aposta no progresso desta abençoada região do nosso país.

Em 2018 a Cermissões priorizou seus investimentos na conclusão das obras de construção da Subestação Santo Antônio 69/23,1kv, localizada no município de São Luiz Gonzaga, ponto estratégico, por se tratar de um centro de carga, de onde saem os alimentadores que abastecem os associados/consumidores dos municípios de Santo Antônio das Missões, Bossoroca, São Luiz Gonzaga, Rolador, Caibaté, Mato Queimado e Vitória das Missões. Área que apresenta um acentuado crescimento na demanda provocado pelo agronegócio, base de nossa economia regional. Os investimentos aplicados no projeto de construção da Subestação Santo Antônio, já fazem parte do imobilizado do exercício de 2018.

No decorrer de 2018 foram construídos e colocados em operação redes de baixa tensão e média tensão, instalados novos transformadores (incluindo novas ligações e reforços de redes), implantados novos postes, num total de 491 projetos executados que estão descritos no capítulo 3. Investimentos que junto com as demais realizações em troca de veículos, móveis, construção da Subestação, aquisição de equipamentos, ferramentas e imóveis, somou um total de R\$ 28.104.

Durante o ano a Cooperativa registrou o acréscimo de 577 novos associados que passaram a contar com os benefícios da energia elétrica em suas propriedades, encerrando o ano de 2018 com 29.987 famílias associadas, aumentando o quadro social em 1,96% em relação a 2017.

Diferente da maioria das distribuidoras de energia do país a administração da Cermissões seguindo a premissa de que é preciso manter os beneficiados bem informados sobre as atividades e investimentos da Cooperativa, além de oportunizar a aproximação dos associados/consumidores dos gestores, ouvindo suas reclamações e sugestões realizou dezenas de encontros denominados de Mini Assembleias de Prestação de Contas, contando com grande participação social.

Durante o ano a Cooperativa recebeu várias solicitações de consumidores de outras distribuidoras de localidades vizinhas não atendidas pela Cermissões, praticamente implorando para que assumisse o fornecimento de energia em centenas de unidades consumidoras rurais e urbanas. Foram inúmeras as manifestações de lideranças regionais reconhecendo a forma de atuação da Cooperativa, inclusive citando como modelo e exemplo de respeito e atenção ao consumidor. Fatos esses que só aumenta o compromisso e a responsabilidade em fazer com que a energia fornecida e os serviços prestados pela Cermissões sejam cada vez melhor.

A Cermissões possui certificação na ISO 9001 fazendo com que a qualidade dos serviços prestados apresente evolução constante.

Geração e distribuição de energia elétrica

A Cermissões possui em sua estrutura de geração própria, a CGH Rio Ijuzinho (3,6 MW) e CGH Claudino Fernando Piccoli (0,35 MW), a subestação São Miguel Arcanjo (12,5 MW na tensão 69/23,1 KV), Subestação Santo Antônio (25 MW na tensão 69/23,1 KV). Também em sua malha elétrica a Cermissões conta com 8,97 km de linha de distribuição e 6.236 km de redes de distribuição, sendo responsável pelo suprimento de energia elétrica a boa parte da região das Missões no estado do Rio Grande do Sul.

Geração

Embora os percentuais de geração da Cooperativa, sejam mínimos em relação a toda a energia gerada e distribuída no estado do Rio Grande do Sul, as centrais de geração hídrica cumprem um papel importante dentro do setor elétrico por promoverem a descentralização da geração, assim como, pelo fato de atuarem como reguladoras de tensão e redutoras de tarifas.

Devido ao fato da variação de consumo provocado por grandes irrigações instaladas na área de permissão e sua direta relação com os fatores climáticos, gerando grande instabilidade na subcontratação da demanda com a supridora, fator que tem gerado multas devido a variação de consumo, a administração já encaminhou solicitações a lideranças políticas federais para que encontrem uma forma de alterar a legislação em vigor, visando tornar mais flexível os percentuais de subcontratação, para evitar os desencaixes financeiros provocados pela legislação atual.

Usina	Potência instalada (MW)	Garantia física (MW médios)	Propriedade	Potência instalada (MW) proporç.	Garantia física (MW médios) proporcional	Início de operação comercial	Vencimento da outorga
Integral e compartilhada	5	1	-	5	1	-	-
UHE 001	-	-	-	-	-	-	-
UHE 002	-	-	-	-	-	-	-
UHE 003	-	-	-	-	-	-	-
PCH 004	5	1	100%	5	1	31/03/95	31/03/25
UTE 005 (gás ciclo combinado)	-	-	-	-	-	-	-
UTE 006 (carvão mineral)	-	-	-	-	-	-	-
UTE 007 (óleo diesel)	-	-	-	-	-	-	-
UFV 010	-	-	-	-	-	-	-
Sociedade de propósito específico	-	-	-	-	-	-	-
UHE 011 (razão social da SPE)	-	-	-	-	-	-	-
Total	5	1	100%	5	1	-	-

Toda a energia gerada é distribuída dentro do próprio mercado da Permissionária representou no ano de 2018, aproximadamente, 16,72% sobre a disponibilidade de energia distribuída – sem garantia física.

Distribuição

A permissionária distribui energia elétrica em 26 dos 496 municípios do estado do Rio Grande do Sul.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano de 2018, 574 novas ligações sendo 229 residenciais, 37 comerciais, 297 rurais e 11 nas demais classes totalizando 26.553 consumidores atendidos pela permissionária, número 1,17% superior ao ano de 2017.

Consumidores	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	7.817	8.056	8.273	8.470	8.676
Comercial	1.289	1.309	1.345	1.385	1.424
Industrial	19	21	21	20	15
Rural	15.478	15.529	15.721	15.762	15.840
Poderes Públicos	464	469	461	460	453
Iluminação Pública	108	108	107	108	105
Serviço Público	23	22	23	23	23
Consumo Próprio	15	14	15	17	17
Total	25.213	25.528	25.966	26.245	26.553
Variação	1,73%	1,25%	1,72%	1,07%	1,17%

Comportamento do mercado - A geração de energia da permissionária no período de janeiro a dezembro de 2018 foi de 19.471,885 MWh (17.029,430 MWh em 2017).

O consumo de energia elétrica na área de atuação da permissionária no ano 2018 foi de 116.400,67 MWh, tendo apresentado acréscimo de 4,35% em relação a 2017. O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi à classe rural.

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

A classe industrial foi a que teve maior crescimento, com 17,50%, e a classe residencial apresentou aumento de 16,34% no consumo de energia elétrica, o que mostra que esse setor mantém as elevadas taxas de crescimento verificadas nos últimos anos.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

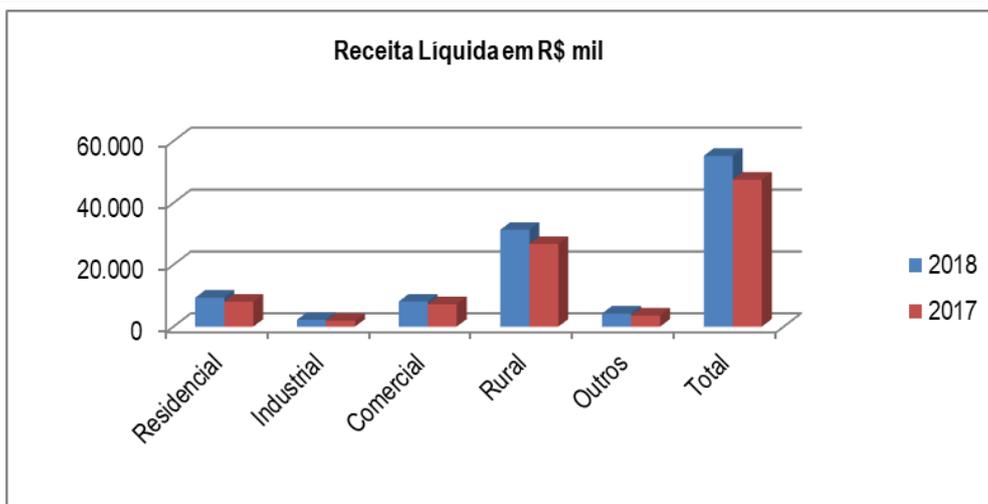
Mercado Atendido - GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Energia Faturada	99	97	107	111	116
Fornecimento	99	97	107	111	116
Residencial	14	14	15	16	17
Comercial	11	12	13	13	13
Industrial	4	4	4	4	5
Rural	62	59	67	69	72
Poderes Públicos	3	3	3	3	3
Iluminação Pública	4	4	4	5	5
Serviço Público	1	1	1	1	1
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	99	97	107	111	116
Variação	13,79%	-2,02%	10,31%	3,74%	4,50%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram uma sensível redução em 2018, caindo de 10,05% (2017) para 10,2%.

Energia Requerida - GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Venda de Energia	89	91	94	94	97
- Fornecimento	89	91	94	94	97
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	89	91	94	94	97
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	14	10	13	11	11
Perdas Técnicas	13	13	13	11	11
Perdas não Técnicas - PNT	1	(3)	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	1,0%	-3,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Perdas Totais - PT	14	10	13	11	11
PT / Energia Requerida %	13,6%	9,9%	12,1%	10,5%	10,2%
Total	103	101	107	105	108

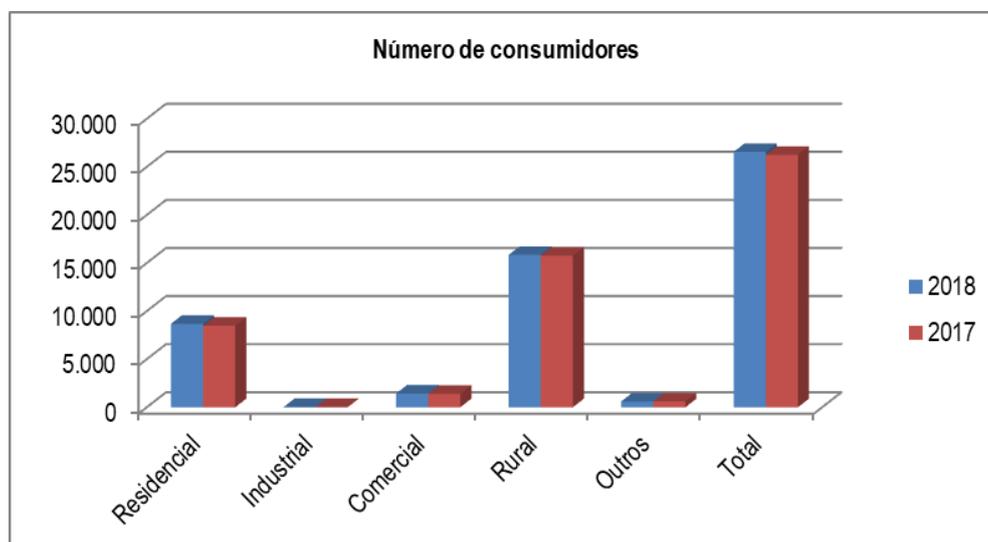
Receita – A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 55.211 conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ mil			
Classe	2018	2017	%
Residencial	9.370	8.054	16,34
Industrial	2.201	1.873	17,51
Comercial	8.088	7.196	12,40
Rural	31.319	26.738	17,13
Outros	4.233	3.623	16,84
Total	55.211	47.484	16,27



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2018 apresentou um crescimento de 1,17% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2018	2017	%
Residencial	8.676	8.470	2,43
Industrial	15	20	-25,00
Comercial	1.424	1.385	2,82
Rural	15.840	15.762	0,49
Outros	598	608	-1,64
Total	26.553	26.245	1,17



Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2018, atingiu R\$ 474,32/MWh, com um aumento de 11,43% em relação a 2017. As tarifas foram homologadas pela Resolução Aneel de N° 2.424, de 24 de julho de 2018.

Tarifa Média de Fornecimento em R\$/MWh	
Classe	R\$/MWh
Residencial	561,16
Industrial	475,16
Comercial	614,37
Rural	435,12
Outros	426,35

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor (DEC) e a Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor (FEC), juntamente com o indicador de atendimento Tempo Médio de Atendimento (TMA).

Utilizando as informações de números de consumidores existentes em cada um dos dois conjuntos elétricos, que contemplam as redes da Cermissões, estes valores representam média ponderada geral dos dois conjuntos. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

ANO	Qtd. Ucs	DEC - horas	FEC - frequência	TMA - minutos
2013	25266	44,19	34,35	162,07
2014	25076	40,85	26,57	201,19
2015	25446	35,15	24,86	154,83
2016	25762	25,05	19,48	144,21
2017	26096	20,47	14,92	217,42
2018	26328	20,96	11,39	136,46

Atendimento ao consumidor - A permissionária através de sua administração e colaboradores cientes da necessidade de estreitar as relações com seus quase 30 mil associados/consumidores, oferece vários canais de comunicação, facilitando o acesso do usuário a Cooperativa e vice-versa. Disponibiliza os já tradicionais e conhecidos canais de comunicação como os postos de atendimento presencial e o CAC - central de atendimento ao consumidor, assim como a sua sede em Caibaté, telefone com ligação gratuita para 0800 541 1122, envio automático de mensagens via celular conhecidas como SMS ou através do e-mail para os consumidores que possuem cadastro atualizado. No ano de 2018 o associado/consumidor também passou a contar com o aplicativo, onde o associado pode informar falta de energia, consultar os valores de faturas em aberto e esclarecer todas as suas dúvidas. A Cooperativa também está na rede mundial de computadores e seus associados/consumidores podem acessar o site www.cermissoes.com.br ou através do facebook, todas estas ferramentas de comunicação além de serem seguras e ágeis, geram a informação personalizada e sem nenhum custo ao associado.

Tecnologia da informação - Com o objetivo de melhorar a confiabilidade, velocidade e segurança na área de TI, destacaremos os principais investimentos e melhorias realizadas no ano de 2018 na Cermissões.

Visando o acesso a informação, os associados possuem a sua disposição a internet WI-FI enquanto aguardam atendimento ou em visita na sede da Cermissões em Caibaté.

Também estão disponíveis novos canais de comunicação: a "Agência Virtual e o APP consumidor" (o APP esta disponível no Google Play e Apple Store), os quais disponibilizam os seguintes serviços:

- consulta de débitos;
- emissão de segunda via de fatura;
- histórico de consumos;
- informar falta de energia;
- solicitar serviços;
- informar auto leitura;
- registrar reclamações;
- solicitar informações dentre outros.

Vendo a necessidade de tomada de decisões, uma nova plataforma de atendimento a ocorrências foi implantado, o sistema E2 COD RT desenvolvido pela empresa Useall Software Ltda a qual já presta serviços para a Cermissões desde o ano de 2010. Também no início do 2º semestre de 2018 foi iniciada a migração do sistema georeferenciado da Cooperativa para o novo sistema MIG, pois o mesmo estava defasado tecnicamente e não atendia integralmente as novas normas estipuladas pela Aneel. Todo o sistema de cadastro foi transferido para um novo banco de dados totalmente integrado com os sistemas do Centro de Operação e Distribuição (COD) e Comercial, ficando o fluxo de trabalho mais ágil e confiável para atendimento aos associados.

Na questão de melhorias, também foi adquirido mais HD's de armazenamento para ampliar a capacidade de armazenamento do Storage, equipamento que armazena todos os dados de produção da Cooperativa, para que todos os servidores que ainda permaneciam físico fossem virtualizados.

Outra melhoria importante foi à criação do documento OTS (Operador Técnico do Sistema) que possibilita a realização dos serviços de forma padronizada por todos os profissionais do setor de TI. Ainda na questão de melhorias, toda a rede de dados que interliga os postos de atendimento, equipamentos especiais de operação da rede elétrica com a matriz, está sendo gerenciada pelo sistema Mikrotik, usando

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

os melhores roteadores e switch que o mercado tem a oferecer em questão de performance de rede de dados, com isso, aumenta a segurança e a velocidade de todos os sistemas da permissionária. Também foi colocada fibra óptica em nossos postos de atendimento e em alguns equipamentos especiais pela empresa Sygo, o que aumentou a capacidade e redundância aos sistemas.

O setor de Tecnologia da Informação recebeu nova sala, melhorando o ambiente de trabalho e alocando os funcionários a um espaço melhor distribuído, o Data Center por questões de segurança esta localizado em uma área restrita onde apenas colaboradores autorizados podem ter acesso.

Desempenho econômico- financeiro - Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas auditadas. Em 2018, a sobra líquida foi de R\$ 14.531 contra R\$ 11.092 em 2017, o que representa um acréscimo de 31%. A receita líquida da atividade de distribuição de energia atingiu R\$ 73.910, enquanto em 2017 situou-se em R\$ 52.678, representando um aumento de 40,30%. Os custos/despesas operacionais totalizaram em 2018 R\$ 64.889 sendo 56,49% superior em relação a 2017. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 12,31% contra 10,59% em 2017. O endividamento foi de 22,63% enquanto no ano anterior foi de 27,01%.

O EBITDA ou LAJIDA sobra antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 20.853 superior em 27,64% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$ 16.337.

Demonstrativo do cálculo do EBITDA	2018	2017	%
Receita operacional líquida	73.910	52.678	40,31
Custo do serviço de energia elétrica	(51.339)	(34.380)	49,33
Despesas operacionais	(7.360)	(7.085)	3,88
(-) Despesas gerais e administrativas	(6.450)	(6.015)	7,23
(-) Outras despesas operacionais	(1.341)	(1.205)	11,29
(+) Outras receitas operacionais	431	135	219,26
Resultado da Atividade ou EBIT	15.210	11.213	35,65
(+) Quotas de reintegração/amortização	5.643	5.124	10,13
EBIDTA	20.853	16.337	27,64
Margem EBITDA	28	31	(9,02)

Nota: Para fins de demonstração do cálculo do Ebitda foram excluídos os valores das receitas e custos de construção.

Investimentos - Em 2018 os investimentos da Cooperativa importaram em R\$ 28.104 distribuídos da seguinte forma:

	2018	2017
Sistema de distribuição de energia	25.355	14.970
Sistema de geração de energia	4	20
Veículos	1.480	127
Softwares	719	32
Equipamentos de Informática	142	195
Equipamentos gerais e móveis	404	54
Terrenos	-	90
Total	28.104	15.488

Evolução e projeção dos investimentos - O quadro a seguir expõe os 3 (três) últimos anos e os próximos 5 (cinco) anos. Os valores contemplam as adições brutas (adições e transferências), sendo que a conta Máquinas e Equipamentos em AIS Bruto da Atividade de Distribuição tem o mesmo montante do Plano de Desenvolvimento da Distribuidora – PDD.

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

Distribuição - Máquinas e equipamentos - R\$ mil	R\$ mil Nominais			R\$ mil em moeda constante de 31/dez/2018				
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
AIS Bruto ¹	8.037	15.026	26.284	8.370	6.632	6.317	6.827	9.462
Transformador de distribuição	1.897	2.363	1.807	1.310	1.513	1.292	1.108	1.283
Medidor	461	363	338	510	598	554	598	598
Redes baixa tensão (< 2,3 kV)	1.675	3.751	5.511	1.069	1.660	1.654	1.805	1.721
Redes média tensão (2,3 kV a 44 kV)	3.367	7.799	2.805	4.662	2.243	2.410	2.594	5.606
Redes alta tensão (69 kV)	-	-	3.352	-	-	-	-	-
Redes alta tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes alta tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações média tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações alta tensão (primário de 69 kV)	8	3	9.026	-	-	-	-	-
Subestações alta tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações alta tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais máquinas e equipamentos	629	747	3.445	819	618	407	722	254
Obrigações especiais do AIS bruto	(1.143)	(2.507)	(675)	(750)	(667)	(600)	(522)	(522)
Participações, doações, subvenções, PEE, P&D, universalização	(1.143)	(2.507)	(675)	(750)	(667)	(600)	(522)	(522)

Comparativo dos investimentos em máquinas e equipamentos da distribuição

O quadro a seguir compara o PDD entregue no exercício anterior com os investimentos realizados no ano de 2018.

R\$ mil	2018R	2019P	2020P	2021P	2022P	2023P
Plano de investimentos 2018	26.284	8.369	6.631	6.317	6.827	9.461
R\$ mil	2018P	2019R	2020R	2021R	2022R	2023R
Plano de investimentos 2017	23.748					
Diferença	10,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

O investimento realizado no ano de 2018 ultrapassou em 10,7% o projetado devido a investimentos maiores em transformadores e equipamentos especiais.

Captações de recursos - Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a permissionária captou um total de R\$ 443 oriundos de participação financeira do consumidor (R\$ 189 são referentes a obras não concluídas) e captou recursos provenientes de crédito rotativo do Sicredi União RS no valor de R\$ 11.540. Do saldo residual do ano de 2017 mais os recursos captados durante o ano de 2018 foram amortizados R\$ 11.939.

Valor adicionado: Em 2018, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 14.531 representando 13,76% da receita operacional bruta. Foi efetuada a reversão da reserva de reavaliação, no valor de R\$ 1.305, e reversão da reserva de investimento, no valor de 7.398, totalizando o resultado do exercício abrangente em R\$ 23.234, com a seguinte distribuição:

- Reserva de assistência técnica educacional e social de caráter fiscal (Rates) R\$ 774 e destinações estatutárias (5%) R\$ 1.123.
- Fundo de Reserva legal (50%) R\$ 11.230.
- Fundo de expansão e manutenção (35%) R\$ 7.861
- Sobra a disposição da assembleia R\$ 2.246.

Política de reinvestimento - A Cooperativa tem investido ao longo dos últimos anos na melhoria do seu sistema de distribuição e na infraestrutura, procurando sempre prestar um serviço de qualidade aos seus associados. Diante disto o associado define que as sobras de determinado exercício devem ser destinados a propiciar novos investimentos e melhorias sem a necessidade da busca de recursos de terceiros.

Composição do capital social - Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da permissionária era de R\$ 7.276.

Relações com o mercado - Ao longo do ano, a Permissionária recebeu a visita de expressivo número de associados, clientes e fornecedores. A Cermissões também promoveu visitas às demais permissionárias de energia do sistema Fecoergs, participou de conferências, seminários e reuniões nos principais centros de convenções do país.

Gestão

Administração - As ações administrativas seguem os princípios legais regidos pelo setor elétrico, lei cooperativista e estatuto social, sempre primando pelo diálogo e respeito com os entes envolvidos, cumprindo o contrato de permissão assinado em março do ano de 2010 com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Decorridos oito anos de atividades no ambiente regulado, existem vários procedimentos ainda em fase de adaptação, seguindo o cronograma determinado pela Aneel, causando em muitas situações a insatisfação dos próprios associados que tem dificuldades em aceitar determinações legais que precisam ser cumpridas pela Cooperativa como permissionária.

Nesta nova etapa da história da Cermissões aconteceram grandes avanços, tanto na estrutura física (elétrica de distribuição e geração), tecnológica e em novas ferramentas, assim como no capital humano com equipes de profissionais qualificados. O resultado é percebido através do grau de satisfação da população que usufrui dos serviços prestados. Através dos relatórios de fiscalização da Aneel, há a confirmação de uma gestão eficiente, atendendo a todos os requisitos e informações solicitadas pela Agência, sem apontamentos, ou seja, zelando satisfatoriamente os aspectos da normatização do serviço público de distribuição e geração de energia elétrica. Isso demonstra a retidão da gestão que vem atuando nas últimas décadas junto à Cooperativa, conduzindo com austeridade todas as atividades desempenhadas e que são acompanhadas de forma permanente pelo agente regulador.

A Cermissões vem sendo conduzida de forma a garantir aos associados/consumidores a confiabilidade, estabilidade, serviços eficientes e com segurança, atuando de forma planejada, visando assegurar a disponibilidade de energia com qualidade para a demanda crescente e cumprindo as tarifas homologadas pela Aneel, sempre procurando repassar o mínimo índice de reajuste possível, sem colocar em risco o equilíbrio econômico financeiro da permissionária.

Planejamento empresarial - A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões, desde 2005 quando do início do processo de enquadramento junto a ANEEL como permissionária do serviço público de distribuição e geração de energia elétrica, desenvolveu um planejamento visando adaptar-se rapidamente as mudanças definidas pelo setor elétrico e as constantes alterações das normas que regem o papel das distribuidoras.

A partir da assinatura do contrato de permissão em março de 2010 com a Agência Nacional de Energia Elétrica, a administração e colaboradores comungam dos mesmos objetivos que norteiam as ações da Cooperativa constantes em seu planejamento cooperativo para atingir as metas propostas, não somente como cooperativa, mas a partir de então como agente do setor elétrico nacional. Na época, a administração da Permissionária estabeleceu alguns parâmetros, entre eles: o de se tornar uma das empresas de “referência do setor elétrico”, tanto em qualidade de energia como em satisfação do consumidor. Para isso iniciou-se os investimentos nos diversos setores da distribuidora e de forma especial nas melhorias das redes elétricas, instalação de equipamentos e novas tecnologias da informação, inclusive com a automação do sistema de distribuição com telecomando a distância, promovendo a redução de despesas e diminuindo o tempo sem energia elétrica ao consumidor.

No primeiro ano em que as cooperativas permissionárias passaram a fazer parte do Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor, a CERMISSÕES venceu o prêmio IASC/ANEEL de 2014, obtendo a maior nota da história do prêmio desde sua criação, com 91,27 pontos, e no ano de 2015 se tornou BICAMPEÃO NACIONAL, novamente com a maior nota entre as 101 distribuidoras de energia do país, 81,23 pontos. Em 2016, a CERMISSÕES novamente alcançou a melhor nota, 89,38 pontos. Resultados alcançados através do planejamento e cumprimento de suas responsabilidades. A CERMISSÕES sagrou-se a “MELHOR COOPERATIVA PERMISSIONÁRIA DE ENERGIA DO BRASIL”, na percepção do consumidor, em 2014, 2015 e 2016, sendo a única TRICAMPEÃO NACIONAL por três anos consecutivos, em 2018 a Cermissões conquistou a terceira melhor nota (83,49) entre as distribuidoras de energia no Prêmio IASC Brasil.

A CERMISSÕES é filiada à Federação das Cooperativas de Energia do Rio Grande do Sul – FECOERGS e, como integrante do sistema, segue o padrão do planejamento estratégico da Entidade. No decorrer de 2018 foram realizados vários encontros com as filiais, preparando suas equipes gerenciais para a aplicação do planejamento 2017/2020 em cada cooperativa, assegurando o sucesso de todas as atividades diante da variação de cenários, onde com facilidade são tomadas decisões, redefinindo projetos com base nas tendências relacionadas aos diversos ambientes: político; econômico; sociocultural; ambiental; e tecnológico - visando corrigir os impactos a curto e médio prazo.

O planejamento dos negócios da Cooperativa tem sido a base para os investimentos futuros, visando manter e melhorar a performance, ganho e desempenho da Permissionária, tendo como meta, a manutenção dos títulos conquistados e, como cooperativa, regerar o investimento das sobras alcançadas.

Com ações bem planejadas, a Cooperativa proporciona melhor qualidade e segurança nos serviços que presta a seus associados/consumidores, através de sua estrutura de geração (PCH Rio Ijuizinho e MCH Claudino Fernando Piccoli), transformação (Subestação São Miguel Arcanjo 69/23 kV e Subestação Santo Antônio que entrou em operação em agosto de 2018) e distribuição de energia elétrica (6.236 km de redes elétricas) tendo como objetivo principal: assegurar os melhores serviços, com a menor tarifa possível a todos os consumidores.

Gestão pela qualidade – A Cermissões trabalha com o objetivo de melhorar de forma constante todos os seus indicadores, e de forma especial aqueles exigidos pela certificação da ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade para a seguinte área de aplicação: coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos e de qualidade do atendimento comercial na distribuição de energia elétrica; e tratamento das reclamações dos associados/consumidores, na área de permissão da Cermissões. O certificado possui o registro S-2124, válido até agosto de 2020.

Recursos humanos - Em 2018 a permissionária investiu R\$ 173 em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, mantendo a permissionária atualizada nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais. Os treinamentos da permissionária têm como objetivos: a segurança dos trabalhadores e associados/consumidores, melhor qualidade no atendimento e responsabilidade social.

A Cooperativa contribuiu com auxílio ao transporte e a mensalidade de funcionários que estão participando do curso técnico em eletrotécnica, graduação em engenharia elétrica, direito, ciências contábeis, ciências da computação, análise e desenvolvimento de sistemas e gestão em recursos humanos bem como pós-graduação em engenharia da segurança, possibilitando desta forma a qualificação do seu quadro funcional.

Responsabilidade social - O maior diferencial da Cermissões no decorrer dos seus 58 anos de fundação é a capacidade de se reinventar a cada dia, agregando novas tecnologias e conhecimentos, tendo sempre como foco: a prestação dos melhores serviços à região onde está inserida, a modernização de seu sistema de distribuição e geração de energia, aperfeiçoamento e inovação dos processos da gestão administrativa, bem como estreitando a relação com os associados/consumidores. A preocupação é constante com a qualidade da energia distribuída e a segurança que a mesma deve promover junto aos usuários, além da constante participação em ações de interesse da comunidade. Outro fator que merece destaque refere-se à aplicação dos recursos gerados pela Cooperativa em sua área de permissão, cada centavo gerado é aplicado em benefício a seus associados/consumidores gerando emprego, renda e qualidade de vida.

A Cooperativa está em constante metamorfose. A administração e colaboradores procuram manter e propagar a filosofia do sucesso, modificando o que for necessário e incorporando as novas aspirações sempre em busca de um futuro cada vez mais próspero. É assim que, ano após ano, vivenciamos novas experiências e, por meio delas, planejamos os anos vindouros da Cooperativa Permissionária.

Para alcançar as metas estipuladas, a equipe passa por cursos e treinamentos, qualificando o capital humano, que com muita determinação, cooperação e trabalho baseado nos pilares da sustentabilidade social, implantam-se projetos que contribuem para um mundo melhor.

Uma Cooperativa é formada por pessoas, assim como os resultados gerados são para todos e graças a essa união de forças, o sucesso tem sido uma constante, fazendo com que a organização conquiste o respeito no mercado de distribuição e geração de energia. A Cermissões faz a diferença na vida das pessoas e com isso goza de excelente conceito junto à comunidade, tornando-se referência em respeito e bom atendimento ao associado/consumidor, promovendo qualidade de vida e desenvolvimento aos habitantes de sua área de permissão. A Cermissões passou para a história do setor elétrico nacional, ela é a primeira permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, vencedora do Prêmio IASC 2014/2015/2016, portanto é a única permissionária brasileira TRICAMPEÃ NACIONAL por três anos consecutivos, uma clara demonstração de que o foco está alinhado com os objetivos e as responsabilidades assumidas como Permissionária.

Cooperativa em números

Atendimento	2018	2017	%
Número de consumidores	26.553	26.245	1,17
Número de empregados	212	207	2,42
Número de consumidores por empregado	125	127	-1,21
Número de localidades atendidas	26	26	0,00
Número de agências	1	1	0,00
Número de postos de atendimento	12	12	0,00
Número de postos de arrecadação	30	29	3,45

Mercado	2018	2017	%
Área de permissão (km2)	7.121	7.121	0,00
Geração própria (MWh)	19.472	17.029	14,34
Energia contratada (MWh)	120.000	126.570	-5,19
Demanda Contratada Mensal (kW)	47.150	42.189	11,76
Distribuição direta (MWh)	116.401	111.553	4,35
População atendida	132.765	131.225	1,17

Operacionais	2018	2017	%
Número de usinas em operação	2	2	0,00
Redes de distribuição (km)	6.234	6.220	0,22
Capacidade instalada (MW)	177	170	3,75

Financeiros	2018	2017	%
Receita operacional bruta (R\$)	105.566	82.597	27,81
Receita operacional líquida (R\$)	86.383	65.705	31,47
Margem operacional do serviço líquida (%)	22.570	18.298	23,35
EBITDA OU LAJIDA	20.853	16.337	27,64
Lucro líquido (R\$)	14.531	11.092	31,00
Patrimônio líquido (R\$)	118.039	104.724	12,71
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	12	11	16,24
Endividamento do patrimônio líquido (%)	23	27	-16,22
Energia gerada / comprada por funcionário: [(energia gerada + comprada em MW) / n° de funcionários]	617	606	1,78
Energia gerada / comprada por consumidor: [(energia gerada + comprada em MW) / n° de consumidores]	5	5	0,76

Agradecimentos

Ao finalizarmos este breve relato de dados e fatos que marcaram as atividades administrativas e sociais da Cermissões, o sentimento é de gratidão, em primeiro lugar aos associados razão da existência da Cooperativa, pelo apoio e confiança na equipe que tem a missão de manter a permissionária em pleno funcionamento. Aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal pela parceria de trabalho, buscando sempre através do diálogo, discutir e planejar, aprovar e encaminhar as soluções em benefício da família social. Nosso reconhecimento à equipe de colaboradores que dão o melhor de si na execução dos projetos por nós determinados, aos aprendizes cooperativos que durante o ano fizeram parte do nosso convívio e aos novos aprendizes que recentemente passaram a fazer parte pelo período definido pelo programa. Aos fornecedores e prestadores de serviços terceirizados que contribuíram para que os objetivos da Cooperativa fossem alcançados. As Administrações Municipais, Câmaras de Vereadores e demais lideranças de entidades pela parceria no decorrer do exercício findo.

Nada teria sido possível sem o apoio e participação de todos que direta ou indiretamente contribuíram para que a Cermissões continue sendo exemplo e modelo na prestação do serviço público de distribuição e geração de energia elétrica.

Muito Obrigado.

Caibaté/RS, 23 fevereiro de 2019.

A Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

		(valores expressos em milhares de reais)	
	Nota	2018	2017
ATIVO			
Circulante		18.784	15.186
Caixa e equivalentes de caixa		622	591
Consumidores	4	10.123	10.069
Serviços em curso		206	6
Tributos e contribuições compensáveis		1.029	950
Almoxarifado operacional		545	299
Ativos regulatórios	6	2.356	1.180
Despesas pagas antecipadamente		81	78
Outros ativos circulantes		3.822	2.013
Não circulante		144.938	138.642
Depósitos judiciais e cauções		33	3
Despesas pagas antecipadamente		35	45
Outros ativos não circulantes		1.222	1.467
Investimentos		155	138
Imobilizado	5	142.394	136.409
Intangível	5	1.099	580
Total do ativo		163.722	153.828
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante		15.083	17.064
Fornecedores		7.731	6.952
Empréstimos e financiamentos	7	1.857	1.757
Obrigações sociais e trabalhistas		3.017	2.250
Tributos		683	1.249
Provisões para litígios	8	-	446
Encargos setoriais		992	1.326
Passivos financeiros setoriais	6	306	868
Outros passivos circulantes		497	2.216
Não circulante		11.632	13.730
Empréstimos e financiamentos	7	1.222	1.697
Provisões para litígios	8	733	-
Outros passivos não circulantes		125	-
Obrigações vinculadas à concessão	9	9.552	12.033
Patrimônio líquido		137.007	123.034
Capital social	10 a	7.276	7.271
Reservas de capital	10 b	11.373	11.373
Reservas de reavaliação	10 c	32.789	34.488
Reservas de sobras	10 d	83.323	65.542
Saldo a disposição da assembleia	10 f	2.246	4.360
Total do passivo e patrimônio líquido		163.722	153.828

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado do exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ingresso/receita operacional bruta	11	93.092	68.652
Fornecimento de energia elétrica		4.735	2.113
Receita de disponibilidade da rede elétrica		64.424	56.526
Doações, contribuições e subv. econômica		23.530	9.669
Receita de atividade não vinculada		296	262
Outras receitas vinculadas		107	82
Deduções da receita operacional		(19.182)	(16.893)
Tributos e encargos		(13.245)	(11.422)
Federais		(1.288)	(1.103)
Estaduais e Municipais		(11.957)	(10.319)
Encargos parcela "A"		(5.937)	(5.471)
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		(3.437)	(3.126)
Taxa de Fiscalização - TFSE		(180)	(148)
Outros encargos		(2.320)	(2.197)
Receita operacional líquida		73.910	51.759
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"		(30.241)	(15.239)
Energia elétrica comprada para revenda		(26.317)	(13.334)
Encargos de uso da rede elétrica		(3.054)	(1.072)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfra		(870)	(833)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		43.669	36.520
Custos gerenciáveis – Parcela "B"		(30.308)	(28.386)
Pessoal	12	(13.197)	(12.034)
Administradores	12	(957)	(898)
Material		(1.954)	(1.612)
Serviços de terceiros		(1.827)	(1.642)
Arrendamentos e aluguéis		(126)	(122)
Tributos		(2.600)	(140)
Seguros		(47)	(35)
Outros		(1.168)	(3.156)
Provisão para devedores duvidosos		(286)	(427)
Depreciação		(7.099)	(6.635)
Doações e contribuições		(179)	(172)
Recuperação de despesas		435	135
Outras receitas operacionais		431	206
Outras despesas operacionais		(1.734)	(1.854)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		13.361	8.134
Resultado financeiro		(233)	210
Receita financeira		863	811
Despesa financeira		(1.096)	(601)
Lucro (prejuízo) antes IRPJ/CSLL		13.128	8.344
Imposto de renda		(322)	(237)
Contribuição social		(124)	(94)
Lucro (prejuízo)		12.682	8.013

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	(valores expressos em milhares de reais)	
Recursos	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	14.531	11.092
Demais resultados abrangentes		
Reversão da reserva de reavaliação	1.305	1.305
Reversão da reserva de investimentos	7.398	2.704
Resultado do exercício abrangente	23.234	15.101
Destinações		
Destinação de caráter fiscal	774	567
Rates (Art. 87 da lei 5764/71)	774	567
Destinações estatutárias	20.214	10.174
Fundo de reserva legal (50%)	11.230	7.267
Rates (5%)	1.123	2.907
Fundo de expansão e manutenção (35%)	7.861	-
Saldo a Disposição da Assembleia Geral Ordinária	2.246	4.360

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	(valores expressos em milhares de reais)	
	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	14.531	11.092
Despesas (receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Amortização	-	(414)
Depreciação	5.643	5.124
Ganhos/perdas líquidos na indenização de ativos	(910)	(1.069)
Juros apropriados e Variações Monetárias	103	(810)
Provisões para contingência e variação monet. Passiva	287	-
Provisões para Demais Perdas Operacionais	-	409
Outros	-	(107)
	5.123	3.133
Redução (Aumento) de Ativos		
Consumidores	(55)	(1.632)
Tributos Compensáveis	(79)	(269)
Estoques	(246)	-
Ativos financeiros setoriais	(1.176)	332
Outros ativos circulantes	(2.011)	(356)
	(3.567)	(1.925)
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	(896)	(1.276)
Fornecedores Demais	779	3.485
Salários e Encargos Sociais	690	262
Tributos e Contribuição Social	(489)	481
Outros	(2.939)	767
	(2.855)	3.719
Caixa gerado por atividades operacionais		
Encargos de Dívidas Pagos	-	(601)
Caixa líquido gerado por atividades operacionais	-	(601)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimento pela venda de imobilizado	413	-
Investimentos	(17)	(18)
Imobilizado	(13.996)	(21.265)
Participação financeira do consumidor	443	2.568
Caixa líquido das atividades de investimento	(13.157)	(18.715)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Outros ativos não circulantes	225	-
Outros passivos não circulantes	125	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	11.540	6.030
Empréstimos e financiamentos pagos	(11.939)	(5.353)
Integralização de capital	5	3
Caixa líquido das atividades de financiamento	(44)	680
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	31	(2.617)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	591	3.208
No fim do exercício	622	591
	31	(2.617)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Rates	Reserva para investimento	Fundo expansão e manutenção	Equalização resultado soc. e reg.	Sobra à disp. AGO	Total
Saldo em 31/12/2016	7.268	11.373	36.442	32.019	9.313	7.479	15.561	(6.254)	2.624	115.825
Integralização de capital	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Destinação conforme AGO	-	-	-	-	-	2.624	-	-	(2.624)	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	11.092	11.092
Destinação estatutária sobras	-	-	-	7.267	3.474	-	-	-	(10.741)	-
Rates aplicado	-	-	-	-	(808)	-	-	-	-	(808)
Realização reserva reavaliação	-	-	(1.305)	-	-	-	-	-	1.305	-
Realização reserva de investimentos	-	-	-	-	-	(2.704)	-	-	2.704	-
Equalização do res. reg. e societário	-	-	(649)	-	-	0	-	(2.429)	-	(3.078)
Saldo em 31/12/2017	7.271	11.373	34.488	39.286	11.979	7.399	15.561	(8.683)	4.360	123.034
Integralização de capital	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Destinação conforme AGO	-	-	-	-	-	4.360	-	-	(4.360)	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	14.531	14.531
Destinação estatutária sobras	-	-	-	11.230	1.897	-	7.861	-	(20.988)	-
Rates aplicado	-	-	-	-	(1.220)	-	-	-	-	(1.220)
Realização reserva reavaliação	-	-	(1.305)	-	-	-	-	-	1.305	-
Realização reserva de investimentos	-	-	-	-	-	(7.398)	-	-	7.398	-
Equalização do res. reg. e societário	-	-	(394)	-	-	-	-	1.051	-	657
Saldo em 31/12/2018	7.276	11.373	32.789	50.516	12.656	4.361	23.422	(7.632)	2.246	137.007

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores expressos em milhares de reais)

1. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo é efetuada pela cooperativa de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de permissão.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: 1 - uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (custos da parcela A); e 2 - uma parcela de custos operacionais (custos da parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da permissionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos custos da parcela B (ajuste escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos custos da parcela A e parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Cermissões é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Caibaté, Estado do Rio Grande do Sul, e tem como principal objetivo o desenvolvimento socioeconômico, através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesses de seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como atividades preponderantes a distribuição, geração de energia elétrica e a prestação de serviços aos seus 29.987 cooperados em 26 municípios da região das Missões, área que concentra grande parte da produção agrícola do Estado.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo órgão regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas na nota 04 das demonstrações contábeis societárias.

Ativos e passivos regulatórios: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do órgão regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da permissão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado, custos com componentes menores e custos adicionais necessários a operação, os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação – valor novo de reposição (VNR): É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. No exercício 2018 foi feita a realização da reserva de reavaliação o montante de R\$ 1.305 referente aos encargos de depreciação dos bens reavaliados e R\$ 393 relativo a baixa pela desativação.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2013 e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL em 17 de setembro de 2013 conforme Resolução Homologatória nº 1.618/2013.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da permissionária é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e permissionárias

A composição das contas a receber é como segue:

VALORES CORRENTES									
DESCRIÇÃO	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/	TOTAL 2018	TOTAL 2017
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia									
Residencial baixa renda	97	3	1	1	1	1	-	104	107
Residencial	1.273	25	3	4	6	4	(17)	1.298	1.317
Industrial	264	-	-	-	-	-	-	264	249
Comercial	1.039	25	1	-	2	7	(9)	1.065	1.097
Rural	3.980	80	7	4	7	8	(8)	4.078	3.923
Poderes Públicos	211	6	2	-	-	-	-	219	222
Iluminação Pública	180	25	-	-	-	-	-	205	207
Serviço Público	54	-	-	-	-	-	-	54	64
Fornecimento Não Faturado	2.726	-	-	-	-	-	-	2.726	2.692
Subtotal	9.824	164	14	9	16	20	(34)	10.013	9.878
Outros créditos de energia									
Serviço Taxado	14	2	-	-	-	1	(1)	16	15
Parcelamento de Energia	95	-	-	-	-	-	(1)	94	108
Rendas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	68
(-) Arrecadação proc. classificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação financ. do consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	109	2	-	-	-	1	(2)	110	191
Total	9.933	166	14	9	16	21	(36)	10.123	10.069

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme estabelece a Instrução Contábil nº 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço. O valor constituído de R\$ 36, considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

5. Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	12.326	5	(4)	-	-	12.327	1	(3.868)	8.459	8.788	-	-	-
Terrenos	206	-	-	-	-	206	-	-	206	206	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	4.771	-	-	-	-	4.771	-	(1.956)	2.815	2.925	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.478	-	-	-	-	1.478	-	(624)	854	890	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5.860	5	(4)	-	-	5.861	1	(1.277)	4.584	4.767	-	-	-
Móveis e utensílios	11	-	-	-	-	11	-	(11)	-	-	-	-	-
Distribuição	168.597	28.378	(5.459)	-	-	191.516	22.919	(65.750)	125.766	107.217	11.744	(2.381)	9.363
Terrenos	90	-	-	-	-	90	-	-	90	90	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	597	1.007	-	-	-	1.604	1.007	(93)	1.511	533	-	-	-
Máquinas e equipamentos	164.495	26.492	(3.922)	-	-	187.065	22.570	(64.419)	122.646	104.959	11.744	(2.381)	9.363
Veículos	3.316	872	(1.532)	-	-	2.656	(660)	(1.171)	1.485	1.603	-	-	-
Móveis e utensílios	99	7	(5)	-	-	101	2	(67)	34	32	-	-	-
Administração	2.638	218	(317)	-	-	2.539	(99)	(1.512)	1.027	1.141	-	-	-
Terrenos	196	-	-	-	-	196	-	-	196	196	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.266	-	-	-	-	1.266	-	(968)	298	340	-	-	-
Máquinas e equipamentos	719	63	(64)	-	-	718	(1)	(380)	338	358	-	-	-
Veículos	384	155	(252)	-	-	287	(97)	(106)	181	230	-	-	-
Móveis e utensílios	73	-	(1)	-	-	72	(1)	(58)	14	17	-	-	-
SubTotal:	183.561	28.601	(5.780)	-	-	206.382	22.821	(71.130)	135.252	117.146	11.744	(2.381)	9.363

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	162	39	(44)	-	-	157	(5)	-	157	162	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	4	(4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de projetos	-	6	-	-	-	6	6	-	6	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	162	29	(40)	-	-	151	(11)	-	151	162	-	-	-
Distribuição	19.102	38.815	(50.935)	-	-	6.982	(12.120)	-	6.982	19.101	189	-	189
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	147	860	(1.007)	-	-	-	(147)	-	-	147	-	-	-
Máquinas e equipamentos	7.819	21.553	(25.639)	-	-	3.733	(4.086)	-	3.733	7.818	189	-	189
Veículos	35	1.373	(995)	-	-	413	378	-	413	35	-	-	-
Móveis e utensílios	-	5	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de projetos	1.005	-	(1.006)	-	-	(1)	(1.006)	-	(1)	1.005	-	-	-
Transformação, fabric. e reparo de materiais	147	730	(770)	-	-	107	(40)	-	107	147	-	-	-
Compras em andamento	-	5.474	(5.474)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material em depósito	2.567	7.172	(7.168)	-	-	2.571	4	-	2.571	2.567	-	-	-
A ratear	7.126	1.468	(8.594)	-	-	-	(7.126)	-	-	7.126	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	256	180	(277)	-	-	159	(97)	-	159	256	-	-	-
Administração	-	215	(212)	-	-	3	3	-	3	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	44	(44)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	143	(143)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compras em andamento	-	22	(22)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	6	(3)	-	-	3	3	-	3	-	-	-	-
SubTotal:	19.264	39.069	(51.191)	-	-	7.142	(12.122)	-	7.142	19.263	189	-	189
Total do Ativo Imobilizado	202.825	28.601	(56.971)	-	-	213.524	10.699	(71.130)	142.394	136.409	11.933	(2.381)	9.552

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ mil	Valor bruto 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferên- cias (C)	Reava- liação	Valor bruto 31/12/2018	Adições líquidas (A)- (B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido 31/12/2018	Valor líquido 31/12/2017
Ativo intangível em serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	755	1.059	(592)	-	-	1.222	467	(153)	1.069	245
Softwares	755	764	(592)	-	-	927	172	(153)	774	245
Outros	-	295	-	-	-	295	295	-	295	-
Administração	294	-	-	-	-	294	-	(264)	30	59
Softwares	294	-	-	-	-	294	-	(264)	30	59
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.049	1.059	(592)	-	-	1.516	467	(417)	1.099	304
Ativo intangível em curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	276	769	(1.045)	-	-	-	(276)	-	-	276
Servidões	276	49	(325)	-	-	-	(276)	-	-	276
Softwares	-	720	(720)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	276	769	(1.045)	-	-	-	(276)	-	-	276
Total do ativo intangível	1.325	1.828	(1.637)	-	-	1.516	191	(417)	1.099	580

5.3 A composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	164.495	25.361	(3.927)	-	-	187.065	22.570
Transformador de Distribuição	1.895	1.807	(1.193)	-	-	2.509	614
Medidor	933	338	(12)	-	-	1.259	326
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	49.787	5.511	(1.972)	-	-	53.326	3.539
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	101.580	2.805	(581)	-	-	103.804	2.224
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	3.352	-	-	-	3.352	3.352
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	4.582	9.026	-	-	-	13.608	9.026
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	5.718	2.522	(169)	1.136	-	9.207	3.489
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(11.068)	(675)	-	-	-	(11.743)	(675)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(11.068)	(675)	-	-	-	(11.743)	(675)

5.4 Ativo imobilizado líquido

Ativo Imobilizado - R\$ mil	Taxa anuais médias de depreciação (%)	2018		2017	
		Valor bruto	Depreciação e amort. acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração		12.327	(3.868)	8.459	8.788
Custo Histórico		9.730	(2.766)	6.964	7.231
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		2.597	(1.102)	1.495	1.557
Distribuição		191.516	(65.750)	125.766	107.217
Custo Histórico		154.442	(46.298)	108.144	87.793
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		37.074	(19.452)	17.622	19.424
Administração		2.539	(1.512)	1.027	1.141
Custo Histórico		3.044	(1.868)	1.176	1.305
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		(505)	356	(149)	(164)
		206.382	(71.130)	135.252	117.146
Em Curso					
Geração		157	-	157	162
Distribuição		6.982	-	6.982	19.101
Administração		3	-	3	-
		7.142	-	7.142	19.263
		213.524	(71.130)	142.394	136.409

5.5 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso R\$ mil	Material equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias	366	494	-	-	860
Máquinas e equipamentos	10.693	9.199	1.698	11	21.601
A ratear	-	1.351	117	-	1.468
Desenvolvimento de projetos	-	6	-	-	6
Transformação, fabr. e reparo de materiais	480	167	83	-	730
Material em depósito	7.172	-	-	-	7.172
Compras em andamento	5.496	-	-	-	5.496
Adiantamentos a fornecedores	197	6	-	12	215
Veículos	1.516	-	-	-	1.516
Móveis e utensílios	5	-	-	-	5
Total das adições	25.925	11.223	1.898	23	39.069

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Edificação - casa de força	2,00
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00
Turbina hidráulica	2,50
Painel, mesa de comando e cubículos	3,57
Comporta	3,33
Gerador	3,33
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67
Barramento	2,50
Chave inferior a 69 Kv	6,67
Chave igual superior a 69 Kv	3,33
Condutor do sistema	3,57
Disjuntor igual ou superior a 69 kv	3,03
Estrutura do sistema (poste)	3,57
Painel, mesa de comando e cubículos	3,57
Regulador de tensão	4,35
Religador	4,00
Transformador de distribuição	4,00
Transformador de força	2,86
Administração Central	
Equipamento geral	6,25
Equipamento geral de informática	16,67
Edificação	3,33

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do Bem	R\$ - mil
1	Transformador de força 72,5/23,1 kV, 10/12,5 MVA	874
2	Transformador de força 72,5/23,1 kV, 10/12,5 MVA	874
3	Postes de concreto circular 13 metros 3000 daN	671
4	Condutores 69 kV, alumínio com alma de aço, nú, 336,4 MCM	643
5	Software	571
6	Sistema de aquisição de dados e monitoramento inclusive painel UTR	557
7	Sistema de aquisição de dados e monitoramento inclusive painel UTR	550
8	Barramento rígido 23,1 kV, alumínio, nú, tubo de 2 1/2'	527
9	Cercamento de subestação	512
10	Quadro de proteção e comando - Painel proteção de linha	442

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do Bem	R\$ - mil
1	Software	338
2	Veiculo Trailblazer LTZ Chevrolet	197
3	Software	185
4	Condutores de alumínio, protegido XLPE, 185 mm²	138
5	Veiculo caminhão Mercedes Benz	83
6	Postes de concreto circular 13 metros 600 daN	75
7	Banco de capacitor automatico com comando eletronico 1200 kvar	58
8	Software	56
9	Veiculo caminhonete Ford Ranger	55
10	Guindaste hidraulico	49

6. Ativos e passivos regulatórios

O acordo geral do setor elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

6.1 Demais ativos e passivos regulatórios

A movimentação das contas de demais ativos e passivos regulatórios é a seguinte:

Ativos financeiros setoriais - R\$ mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2018	Valores em amortização	Valores em constituição
Demais ativos financeiros setoriais							
PIS/Cofins sobre compra de energia	859	1.506	(805)	-	1.560	551	1.009
Neutralidade da parcela A	105	138	(61)	99	281	86	195
Outros	216	667	(368)	-	515	515	-
(-) Provisão p/ redução ao valor recup.	-	-	-	-	-	-	-
Total ativos financeiros setoriais	1.180	2.311	(1.234)	99	2.356	1.152	1.204

Passivos financeiros setoriais - R\$ mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2018	Valores em amortização	Valores em constituição
Demais passivos financeiros setoriais							
PIS/Cofins sobre compra de energia	(504)	-	504	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(282)	-	282	-	-	-	-
Devoluções tarifárias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(82)	256	(480)	-	(306)	(74)	(232)
Total passivos financeiros setoriais	(868)	256	306	-	(306)	(74)	(232)

i) PIS/Cofins sobre compra de energia

A permissionária registrou de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos de PIS/Cofins incidente no suprimento de energia elétrica como um ativo regulatório. O ressarcimento desse ativo será por meio da inclusão no próximo reajuste tarifário como um componente financeiro.

ii) Neutralidade da parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da parcela A.

A diferença entre os valores apurados nas contabilidades societária e regulatória se refere à constituição e registro da neutralidade dos encargos setoriais (parcela A) – denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos, em relação ao mercado verificado (em curso), e a constituição de componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

iii) Outros

A constituição de componentes financeiros ativos (DIC e FIC) em curso em relação ao próximo reajuste tarifário além dos componentes financeiros reconhecidos na primeira revisão tarifária.

7. Empréstimos e financiamentos

A composição de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente	Data captação/repactuação	Tipo de garantia	Spread % a.a.	Data próximo pgto juros	Frequência pgto juros
Financ/Emprést Moeda Nacional	1.857	1.222	3.079						
Eletrobras	457	1.222	1.679	Sim	mar-05	Recebíveis	5,00%	31/01/19	Mensal
Sicredi União RS	600		600	Sim	dez-18	Não há	41,74%	01/01/19	Mensal
Sicredi União RS	800		800	Sim	dez-18	Não há	31,37%	01/01/19	Mensal

Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência amortização	Sistemática amortização	Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo						
				2020	2021	2022	2023	2024	2024+	Total
31/01/19	30/10/22	Mensal	SAC	446	423	353	-	-	-	1.222
01/01/19	27/07/19	N.A.	SAC							
01/01/19	22/01/19	N.A.	SAC							

Abertura dos ativos financeiros:

Instituição/linha devedora	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total
Ativos financeiros	622	-	622
Caixa e aplicações financeiras	622	-	622
Caixa e equivalente de caixa	622	-	622
Aplicações financeiras	-	-	-
Titulos e valores mobiliarios	-	-	-

Composição do endividamento e dívida líquida:

Instituição/linha devedora	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total
(+) Dívida bruta	1.857	1.222	3.079
Financ./empréstimo moeda nacional	1.857	1.222	3.079
Diversos	-	-	-
(-) Ativos financeiros	(622)	-	(622)
Alta liquidez	(622)	-	(622)
Demais aplicações financeiras	-	-	-
(+) Dívida líquida I	1.235	1.222	2.457
(+/-) Derivativos/fair value	-	-	-
(+) Dívida líquida II	1.235	1.222	2.457

8. Provisões para litígios

A composição desta conta é como segue:

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

R\$ mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2017	-	446	-	446
Constituição	-	523	210	733
Pagamentos	-	-	-	-
Ganhos de causa/ajustes probabilidades	-	-	-	-
Atualização monetária	-	-	-	-
Baixas	-	(446)	-	(446)
Outros	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2018	-	523	210	733

9. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A composição destas obrigações:

Obrigações especiais - R\$ mil	Depreciação taxa média anual	Custo histórico 2018	Correção monetária especial	Reavaliação	Total 2018
Em serviço		11.744	-	-	11.744
Participação da União, Estados e Municípios		4.121	-	-	4.121
Participação financeira do consumidor		7.595	-	-	7.595
Doações e subv. a invest. no serviço concedido		18	-	-	18
Programa de eficiência energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento		10	-	-	10
Universalização serv. púb. de energia elétrica		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
(-) Amortização acumulada - AIS	4,36%	(2.381)	-	-	(2.381)
Participação da União, Estados e Municípios		(1.383)	-	-	(1.383)
Participação financeira do consumidor		(993)	-	-	(993)
Doações e subv. a invest. no serviço concedido		(3)	-	-	(3)
Programa de eficiência energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento		(2)	-	-	(2)
Universalização serv. púb. de energia elétrica		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Total		9.363	-	-	9.363

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

Obrigações especiais - R\$ mil	Valor bruto 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto 31/12/2018	Adições líquidas (A)-(B)	Valor líquido 31/12/2018	Valor líquido 31/12/2017
Em curso	413	1.407	(1.631)	189	(224)	189	(413)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-
Participação financeira do consumidor	381	1.107	(1.334)	154	(227)	154	(381)
Doações e subv. a investimentos no serviço concedido	-	-	-	-	-	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do serviço público de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-
Valores pendentes de recebimento	-	-	-	-	-	-	-
Valores não aplicados	32	300	(297)	35	3	35	(32)
Outros	2.506	1.192	(3.698)	-	(2.506)	-	(2.506)
Ultrapassagem de demanda	1.125	369	(1.494)	-	(1.125)	-	(1.125)
Excedente de reativos	1.381	823	(2.204)	-	(1.381)	-	(1.381)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.919	2.599	(5.329)	189	(2.730)	189	(2.919)

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

	R\$ - mil
1 Participação financeira em rede elétrica processo 42811/17	194
2 Participação financeira em rede elétrica processo 54228/17	103
3 Participação financeira em rede elétrica processo 73763/17	67
4 Participação financeira em rede elétrica processo 70051/16	55
5 Participação financeira em rede elétrica processo 75676/15	26
6 Participação financeira em rede elétrica processo 50144/17	23
7 Participação financeira em rede elétrica processo 54462/17	19
8 Participação financeira em rede elétrica processo 4955/17	19
9 Participação financeira em rede elétrica processo 31671/17	18
10 Participação financeira em rede elétrica processo 51339/18	14

10. Patrimônio líquido

a) Capital social:

O capital social da Cooperativa, no valor de R\$ 7.276 é formado por cotas partes referente a 29.410 associados (R\$ 7.271 em 2017).

R\$ mil	2018	2017
Capital Subscrito	7.306	7.301
(-) Capital a realizar	(30)	(30)
Total	7.276	7.271

b) Reservas de capital:

R\$ mil	2018	2017
Reserva de equalização	8.445	8.445
Doações e subvenções para investimentos	2.928	2.928
Total	11.373	11.373

c) Outros resultados abrangentes:

R\$ mil	2018	2017
Reserva de reavaliação	6.190	7.495
Reserva de reavaliação - VNR	26.599	26.993
Total	32.789	34.488

d) Reservas de sobras:

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

R\$ mil	2018	2017
Reserva legal	50.517	39.286
Rates - Reserva assistência técnica educ. social	12.656	11.979
Reserva de expansão e manutenção	23.422	15.561
Reserva de investimento	4.360	7.398
Equalização do resultado regulatório e societário	(7.632)	(8.682)
Total	83.323	65.542

e) Natureza e finalidade das reservas:

Reserva legal: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. De acordo com o Art. 55 do Estatuto Social da Cooperativa as sobras líquidas do exercício serão deduzidos 50% para a constituição da reserva legal, além de eventuais destinações a critério da assembleia geral. Destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

Reserva de assistência técnica, educacional e social: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos cooperados, seus dependentes e seus próprios colaboradores. Sua constituição é estabelecida pela Lei nº 5.764/1971.

O resultado positivo apurado com o ato não cooperativo foi de R\$ 774, o qual foi transferido para o RATES – Reserva de assistência técnica educacional e social, conforme prevê a legislação cooperativista.

f) Sobras à disposição da assembleia geral ordinária:

Demonstração R\$ mil	2018	2017
Resultado do exercício	23.234	15.101
Destinações:		
Reserva legal	11.230	7.267
Reserva de assistência técnica educacional e social	1.897	3.474
Reserva de expansão e manutenção	7.861	-
Sobras à disposição da assembleia geral ordinária	2.246	4.360

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da assembleia geral ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

11. Receita operacional bruta

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

Receita bruta	Nº Consumidores		MWh mil		R\$ mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fornecimento faturado	26.499	26.228	116.400	111.285	67.083	57.737
Residencial	8.669	8.470	16.697	16.050	13.309	11.443
Industrial	15	20	4.632	4.308	2.684	2.284
Comercial	1.418	1.385	13.165	13.482	11.549	10.299
Rural	15.816	15.762	71.978	68.379	33.916	28.892
Poder público	453	460	3.462	3.346	2.779	2.408
Iluminação pública	105	108	5.161	4.713	2.144	1.763
Serviço público	23	23	1.305	1.007	702	648
Suprimento faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da rede elétrica de distribuição faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores cativos	-	-	-	-	-	-
Consumidores livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da rede elétrica de transmissão faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	-	(919)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - ultrapassagem demanda	-	-	-	-	-	(438)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - excedente de reativos	-	-	-	-	-	(481)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - diferença perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado	-	-	-	-	33	299
Constituição e amortiz. - CVA ativa e passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e amortiz. - RTP diferimento ou devolução	-	-	-	-	-	-
Constituição e amortiz. - demais ativos e passivos regulatórios	-	-	-	-	2.042	1.522
Serviços cobráveis	-	-	-	-	107	82
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	23.530	9.669
Outras receitas	-	-	-	-	297	262
Total	26.499	26.228	116.400	111.285	93.092	68.652

12. Pessoal e administradores

Pessoal e administradores - R\$ mil	2018	2017
Pessoal	13.197	12.034
Remuneração	8.584	7.839
Encargos	3.104	2.914
Previdência privada	-	-
Previdência - fundação mantenedora	-	-
Previdência - déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	383	138
Participação nos lucros e resultados - PLR	492	492
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	634	651
Administradores	957	898
Honorários e encargos (diretoria e conselho)	838	805
Benefícios dos administradores	119	93
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	14.153	12.932

13. Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a demonstração do resultado do exercício por atividade - até a rubrica de resultado da atividade de 31 de dezembro de 2018, da unidade de negócio geração.

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

Ano 2018 - R\$ mil	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Receita/ingresso	4.735	-	-	4.735
Fornecimento de energia elétrica	4.735	-	-	4.735
Tributos	(958)	-	-	(958)
ICMS	(852)	-	-	(852)
PIS-Pasep	(19)	-	-	(19)
Cofins	(87)	-	-	(87)
ISS	-	-	-	-
Encargos - parcela "A"	(488)	-	-	(488)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	-	-
Conta de desenvolvimento econômico - CDE	(259)	-	-	(259)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	(14)	-	-	(14)
Outros encargos	(215)	-	-	(215)
Receita líquida/ingresso líquido	3.289	-	-	3.289
Custos não gerenciáveis - parcela "A"	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.289	-	-	3.289
Custos gerenciáveis - parcela "B"	(1.034)	-	-	(1.034)
Pessoal e administradores	(511)	-	-	(511)
Material	(72)	-	-	(72)
Serviços de terceiros	(68)	-	-	(68)
Seguros	(10)	-	-	(10)
Tributos	(20)	-	-	(20)
Depreciação e amortização	(334)	-	-	(334)
Gastos diversos	(19)	-	-	(19)
Resultado da atividade	2.255	-	-	2.255

14. Revisão e reajuste tarifário

14.1 Revisão tarifária periódica

O contrato de permissão nº 030/2010 pactuado em 31 de março de 2010, entre a União e a Cermissões por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de permissão da Cermissões. O Contrato de Permissão prevê que, a cada quatro anos, ocorrerá a revisão dos valores das tarifas aplicadas.

Recentemente, a Resolução Normativa 704, de 22 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

A conclusão da revisão tarifária resultou na Resolução Homologatória 2.278 de 25 de julho de 2017.

Assim, as tarifas de aplicação da Cermissões, constantes da Resolução Homologatória nº 2.116, de 26 de julho de 2016, alteradas pela Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, ficam em média reajustadas em 15,76% (quinze vírgula setenta e seis por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

14.2 Reajuste tarifário anual

As revisões tarifárias diferem dos reajustes na Estrutura Tarifária, quando são definidos os valores da tarifa de referência, nos reajustes esses valores são somente atualizados.

14.3 Composição da base de remuneração regulatória

A remuneração regulatória, pela nova regra, a permissionária Cermissões poderia optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livre para definir a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRORET 8.1. A Cermissões optou por celebrar o termo aditivo contratual.

Por meio do Ofício 017/2018 de 26 de junho de 2018, a Cermissões solicitou a parcela B totalizando o valor de R\$ 42.927 para cobrir os custos com administração, operação e expansão do sistema, o qual ficou no limite estabelecido pela agência reguladora.

A seguir na tabela verificamos o resumo do cálculo da base de remuneração regulatória e quota de reintegração.

Descrição	Valores - R\$ mil
(1) Ativo imobilizado em serviço (valor novo de reposição)	233.381
(2) Obrigações especiais bruta	14.174
(3) Bens totalmente depreciados	3.990
(4) Base de remuneração bruta = (1)-(2)-(3)	215.217
(5) Depreciação acumulada	77.104
(6) Valor da base de remuneração (VBR) = (1)-(5)	156.276
(7) Obrigações especiais líquida	14.174
(8) Terrenos e servidões	347
(9) Almojarifado em operação	700
(10) Base de remuneração líquida total = (6)-(7)+(8)+(9)	143.149
(11) Taxa de depreciação	4,00%
(12) $R_{waccpré}$	9,97%
(13) Remuneração de capital (RC)=(10)*(12)	14.272
(14) Quota de reintegração regulatória (QRR)=(4)*(12)	8.609

14.4 Custo anual das instalações móveis e imóveis – CAIMI

O custo das instalações móveis e imóveis, também denominados anuidades, refere-se aos investimentos de curto prazo periódico de recuperação, tais como os realizados em hardware e software, veículos, em toda a infraestrutura de edificações de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são denominados como uma relação AIS, a tabela a seguir resume os valores.

Descrição	Valores - R\$ mil
(1) Base de anuidade regulatória (BAR)	7.949
(2) Base de anuidade - infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	1.987
(3) Base de anuidade - veículos (BARV)	1.987
(4) Base de anuidade - sistema de informática (BARI)	3.975
(5) Anuidade - infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	170
(6) Anuidade - veículos (CAV)	383
(7) Anuidade - sistemas de informática (CAI)	948
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	1.501

14.5 Resumo da revisão tarifária (ou reajuste tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no PRORET 8.4, que trata da revisão tarifária das permissionárias de distribuição de energia elétrica, os valores requeridos pela permissionária Cermissões, conforme regulamento já mencionado, foram os constantes na tabela a seguir, sendo que os mesmos foram homologados pela Aneel em procedimento próprio de revisão tarifária.

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

Descrição - R\$ mil	DRA - Receita último IRT	DRP - Receita verificada	Revisão	Var projetado (%)	Impacto na revisão tarifaria	Part. receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	23.368	44.846	21.478	287,26%	49,01%	51,09%
1.1 Encargos setoriais	4.185	5.251	1.066	-15,59%	1,76%	5,98%
TFSEE	166	213	47	28,31%	0,08%	0,24%
CDE	3.132	4.104	972	31,03%	1,60%	4,68%
PROINFA	887	934	47	5,30%	0,08%	1,06%
1.2 Transmissão	3.277	10.480	7.203	219,80%	11,87%	33,17%
CUSD	3.277	10.480	7.203	219,80%	11,87%	33,17%
1.3 Compra de energia	15.906	29.115	13.209	83,04%	35,38%	11,94%
CCEAR existente	15.906	29.115	13.209	83,04%	35,38%	11,94%
2. Parcela B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	37.334	42.927	5.593	14,98%	9,21%	48,91%
2.1. Parcela B	37.334	42.927	5.593	14,98%	9,21%	48,91%
3. Variação econômica	44,60%	-	-	-	-	-
4. Componentes financeiros	-34,08%	-	-	-	-	-
5. Variação econômica e financeira	10,52%	-	-	-	-	-
6. Financeiros retirados do IRT anterior	-3,59%	-	-	-	-	-
7. Efeito para consumidor	6,93%	-	-	-	-	-

15. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo órgão regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Nota	31/12/2018			31/12/2017		
		Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
ATIVO							
Circulante							
Consumidores, conces. e permissionárias	15.1	10.123	-	10.123	10.069	-	10.069
Despesas pagas antecipadamente	15.2	2.356	-	2.356	1.180	-	1.180
Outros ativos circulantes não afetados		6.305	-	6.305	3.937	-	3.937
Sub Total		18.784	-	18.784	15.186	-	15.186
Ativo financeiro da permissão	15.3	13.821	(13.821)	-	7.180	(7.180)	-
Outros ativos circulantes não afetados		1.290	-	1.290	1.515	-	1.515
Sub Total		15.111	(13.821)	1.290	8.695	(7.180)	1.515
Investimentos		155	-	155	138	-	138
Imobilizado	15.4	-	142.394	142.394	-	136.409	136.409
Em serviço		-	206.382	206.382	-	183.560	183.560
(-) Reintegração acumulada		-	(71.130)	(71.130)	-	(66.415)	(66.415)
Em curso		-	7.142	7.142	-	19.264	19.264
Intangíveis	15.5	110.704	(109.605)	1.099	108.993	(108.413)	580
Em serviço		154.941	(153.426)	1.515	137.129	(136.080)	1.049
(-) Reintegração acumulada		(51.379)	50.963	(416)	(47.676)	46.931	(745)
Em curso		7.142	(7.142)	-	19.540	(19.264)	276
TOTAL DO ATIVO		144.754	18.968	163.722	133.012	20.816	153.828
PASSIVO							
Circulante							
Passivos regulatórios		306	-	306	868	-	868
Outros passivos circulantes não afetados		14.778	-	14.778	16.196	-	16.196
Sub Total		15.084	-	15.084	17.064	-	17.064
Outros passivos circulantes não afetados		11.631	-	11.631	11.224	2.506	13.730
Sub Total	15.6	11.631	-	11.631	11.224	2.506	13.730
Patrimônio líquido							
Capital social		7.276	-	7.276	7.271	-	7.271
Reserva de capital		11.373	-	11.373	11.373	-	11.373
Reserva de sobras		90.954	(7.632)	83.322	74.225	(8.683)	65.542
Reserva avaliação patrimonial		6.190	26.600	32.790	7.495	26.993	34.488
Lucro (prejuízo) acumulado		2.246	-	2.246	4.360	-	4.360
Sub Total	15.7	118.039	18.968	137.007	104.724	18.310	123.034
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		144.754	18.968	163.722	133.012	20.816	153.828

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

	Nota	31/12/2018			31/12/2017		
		Societário	Ajuste CPC	Regulatório	Societário	Ajuste CPC	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	11	105.566	(12.474)	93.092	82.597	13.945	70.490
Fornecimento de energia elétrica		4.735	-	4.735	2.113	-	2.113
Receita de disponibilidade da rede elétrica		64.424	-	64.424	57.441	919	58.360
Doações, contribuições e subvenção econômica		23.530	-	23.530	9.669	-	9.669
Receita de atividade não vinculada	15.9	12.770	(12.474)	296	13.292	13.026	266
Serviços cobráveis		107	-	107	82	-	82
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		(19.182)	-	(19.182)	(16.893)	-	(16.893)
Tributos e encargos		(13.245)	-	(13.245)	(11.422)	-	(11.422)
Federais		(1.288)	-	(1.288)	(1.103)	-	(1.103)
Estaduais e municipais		(11.957)	-	(11.957)	(10.319)	-	(10.319)
Encargos parcela A		(5.937)	-	(5.937)	(5.471)	-	(5.471)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		(3.437)	-	(3.437)	(3.126)	-	(3.126)
Taxa de fiscalização - TFSE		(180)	-	(180)	(148)	-	(148)
Outros encargos		(2.320)	-	(2.320)	(2.197)	-	(2.197)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		86.384	(12.474)	73.910	65.704	13.945	53.597
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"		(30.241)	-	(30.241)	(15.239)	-	(15.239)
Energia elétrica comprada para revenda		(26.317)	-	(26.317)	(13.334)	-	(13.334)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(870)	-	(870)	(833)	-	(833)
Encargos de uso do sistema de transmissão/distrib.		(3.054)	-	(3.054)	(1.072)	-	(1.072)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		56.143	(12.474)	43.669	50.465	13.945	38.358
CUSTOS GERENCIÁVEIS – Parcela "B"		(40.933)	10.625	(30.308)	(39.252)	(15.186)	(28.386)
Pessoal		(13.197)	-	(13.197)	(12.034)	-	(12.034)
Administradores		(957)	-	(957)	(898)	-	(898)
Material		(1.954)	-	(1.954)	(1.612)	-	(1.612)
Serviços de terceiros		(1.827)	-	(1.827)	(1.642)	-	(1.642)
Arrendamentos e alugueis		(126)	-	(126)	(122)	-	(122)
Tributos		(2.600)	-	(2.600)	(140)	-	(140)
Seguros		(47)	-	(47)	(35)	-	(35)
Outros	15.9	(13.642)	12.474	(1.168)	(16.182)	(13.026)	(3.156)
Provisão devedores duvidosos		(286)	-	(286)	(427)	-	(427)
Depreciação/Amortização		(5.643)	(1.456)	(7.099)	(5.124)	(1.511)	(6.635)
Doações e contribuições		(179)	-	(179)	(172)	-	(172)
Outras receitas operacionais		431	-	431	135	-	135
Outras despesas operacionais		(1.341)	(393)	(1.734)	(1.205)	(649)	(1.854)
Recuperação de despesas		435	-	435	206	-	206
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		15.210	(1.849)	13.361	11.213	29.131	9.972
RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO		(233)	-	(233)	210	-	210
Receita financeira		863	-	863	811	-	811
Despesa financeira		(1.096)	-	(1.096)	(601)	-	(601)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRPJ/CSLL		14.977	(1.849)	13.128	11.423	(1.241)	10.182
Imposto de renda		(322)	-	(322)	(237)	-	(237)
Contribuição social		(124)	-	(124)	(94)	-	(94)
LUCRO (PREJUÍZO)	15.8	14.531	(1.849)	12.682	11.092	(1.241)	9.851

15.1 Consumidores

Os valores a receber são provenientes, principalmente do fornecimento de energia elétrica dos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante, conforme demonstrado na nota explicativa número 04.

15.2 Ativos regulatórios

A diferença entre os valores apurados nas contabilidades societária e regulatória se refere à constituição e registro da neutralidade dos encargos setoriais (parcela A) – denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos, em relação ao mercado verificado (em curso), e a constituição de componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário, além dos componentes financeiros reconhecidos na primeira revisão tarifária.

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

R\$ mil	2018	2017
Neutralidade da parcela "A" – em curso	195	105
Neutralidade da parcela "A" – reconhecida	86	-
Componentes financeiros – em curso	1.009	448
Componentes financeiros - reconhecidos	551	412
Neutralidade da parcela "A" – pedido de reconsideração	-	151
Ajuste subsidio CDE - em curso	-	64
Ajuste subsidio CDE - reconhecidos	515	-
Total	2.356	1.180

15.3 Ativo financeiro da Concessão

O ativo financeiro indenizável é decorrente da aplicação do ICPC 01 e corresponde à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

15.4 Imobilizado

Os bens e instalações vinculados diretamente ou indiretamente às atividades da permissão, na contabilidade societária estão registrados, no grupo do ativo não circulante, intangível e a parcela referente aos bens que serão depreciados após o prazo de permissão estão registrados como ativo financeiro (nota 2).

R\$ mil	2018	2017
Em serviço		
Geração	8.460	8.787
Terrenos	206	206
Reserv. barragens e adutoras	2.815	2.924
Edificações	854	890
Máquinas e equipamentos	4.585	4.767
Móveis e utensílios	-	-
Distribuição	106.186	102.555
Terrenos	-	-
Edificações	5	5
Máquinas e equipamentos	104.664	100.917
Veículos	1.485	1.602
Móveis e utensílios	32	31
Sistema de transmissão associado	19.580	4.662
Terrenos	90	90
Edificações	1.507	528
Máquinas e equipamentos	17.982	4.043
Veículos	-	-
Móveis e utensílios	1	1
Administração	1.025	1.141
Terrenos	196	196
Edificações	298	341
Máquinas e equipamentos	337	358
Veículos	180	230
Móveis e utensílios	14	16
Subtotal	135.251	117.145
Em curso		
Geração	158	162
Distribuição	6.982	5.711
Sistema de transmissão associado	-	13.391
Administração	3	-
Subtotal	7.143	19.264
Total do imobilizado	142.394	136.409
Imobilizado líquido	142.394	136.409

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20/1999 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Foram utilizadas as taxas anuais constantes da Resolução ANEEL nº 647/15, resultando num encargo de amortização no valor de R\$7.099.

As obrigações especiais vinculadas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão/permissão. As obrigações especiais não são passivos onerosos, tampouco créditos dos cooperados.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

A amortização é calculada com base na taxa média de depreciação dos ativos correspondentes e foi realizada pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 240/2006, substituída pela Resolução Normativa nº 674/2015.

15.5 Intangível

O valor do intangível é o que segue:

R\$ mil	2018	2017
Em serviço	1.099	304
Em curso	-	276
Total	1.099	580

O ICPC 01- Contratos de Concessão define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões quando atendidas determinadas condições. O impacto nas demonstrações contábeis foi a transferência dos saldos do ativo imobilizado e das obrigações especiais para: (a) o ativo intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da permissão), e/ou (b) eventual registro de um ativo financeiro, representando o direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa.

O intangível está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil acrescido das atualizações monetárias até 1995). Os bens são amortizados pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/15.

Os encargos de depreciação, correspondentes à parcela de reavaliação do imobilizado, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para as contas de sobras e/ou perdas do exercício. Parte da depreciação registrada como despesa é transferida para a respectiva conta redutora das obrigações especiais, observando o critério de proporcionalidade entre o total do imobilizado e o montante constituído mediante participação de terceiros.

15.6 Reclassificação das obrigações especiais

A composição das obrigações especiais, cujo saldo está composto na nota número 09, não integra esta demonstração contábil. A condição para adoção da norma pelas distribuidoras de energia elétrica é a celebração de termo de aditivo aos contratos de concessão e permissão, mediante a inclusão de cláusula específica. O referido aditivo foi assinado pela Cermissões em 01/12/2015 e encaminhado para a Agência Nacional de Energia Elétrica à Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição, conforme instruções constantes no Ofício Circular nº 0006/2015-SCT/ANEEL. A Administração optou em proceder esta alteração no exercício de 2016.

15.7 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

R\$ mil	2018	2017
Saldo no final do Exercício Societário	118.040	104.724
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	18.967	18.310
Reavaliação Regulatória Compulsória - VNR	26.599	26.993
Equalização do Resultado Regulatório e Societário	(7.632)	(8.683)
Total	137.007	123.034

15.8 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

O valor apresentado nesta conta corresponde à diferença decorrente do tratamento distinto, dispensado pelas duas contabilidades, ao valor relativo à neutralidade dos encargos setoriais.

Na contabilidade regulatória, ao reconhecer a obrigação de pagar futuramente tal diferença, se verifica uma despesa maior do que a obtida na contabilidade societária.

Considerando que o resultado à disposição da assembleia deve corresponder ao que foi apurado na contabilidade societária, o montante das destinações é superior ao que seria se tomasse por base o resultado da contabilidade regulatória. Portanto, ao registrarmos tais destinações, contabilidade regulatória não ocorre o zeramento do saldo da conta sobras acumuladas, razão pela qual transferimos o saldo para a conta intitulada "equalização do resultado societário x resultado regulatório" no grupo das reservas de sobras.

A citada reserva se realizará a partir do próximo reajuste, ou revisão da permissionária, visto que, os valores correspondentes à mesma serão reconhecidos na contabilidade societária como uma despesa. Esta diferença de tratamento deve gerar, no próximo exercício, uma sobra à disposição da assembleia, superior que será apurada na contabilidade societária.

R\$ mil	2018	2017
Sobra líquida do exercício societário	14.531	11.092
Fornecimento de energia	-	(919)
Resultado financeiro	-	-
Perdas na desativação diferença VOC/MNR	(393)	(649)
Depreciação referente parcela diferença - VNR	(1.456)	(1.511)
Total dos ajustes	(1.849)	(3.079)
Sobra líquida do exercício regulatório	12.682	8.013

15.9 Receitas e custos de construção

Conforme determina a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1261/2009, correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que devem ser registrados como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

Na contabilidade societária está incluso o valor de R\$ 12.474 que se refere ao custo de construção, conforme determina a ITG 01 aprovada pela resolução CFC 1261/2009 e são os valores aplicados no intangível e que devem ser registrados como custo.